

ENCONTROS
cem ANOS
DE ARQUEOLOGIA

o archeólogo português



ACTAS

MÉRTOLA - REFLEXÕES SOBRE UM PROJECTO DE DESENVOLVIMENTO LOCAL

Rui Mateus*

Em primeiro lugar, e ao iniciar a minha contribuição para estas Actas, não quero deixar de destacar a iniciativa de comemorar o Centenário da investigação arqueológica em Portugal, que a Associação de Protecção ao Património Arqueológico de Vila do Conde decidiu, em boa hora, levar a cabo. Ao organizar um ciclo de conferências, que contou com diversos participantes nacionais e estrangeiros, proporcionou um espaço de diálogo de grande interesse, onde foi possível confrontar diferentes experiências e metodologias associadas à investigação arqueológica e à divulgação dos seus resultados; mais, do seu esforço resultou uma iniciativa tanto quanto sei inédita, a dar mostras de grande atenção à oportunidade de uma celebração tão necessária quanto relevante.

De facto, e como se diz no programa destas conferências, elas constituíam-se como uma grande ocasião propícia para o “*debate sobre experiências de investigação, acções de musealização de sítios e divulgação do Património arqueológico, enquanto herança cultural e factor de consolidação de memória colectiva...*”

Sem sombra de dúvida que nos últimos vinte anos muitos progressos foram feitos nesta área, não só no que respeita às metodologias e resultados científicos, mas também, aspecto que me parece de algum relevo, na mentalidade dos diferentes agentes socio-económicos e políticos com os quais esta actividade de investigação se vê continuamente confrontada. De facto, a acção dos arqueólogos deixou na generalidade de ser encarada como um empecilho (ao desenfreado progresso, pois então...), e se bem que ainda muitas vezes debaixo de uma certa reserva, o valor dos resultados desta actividade começa a ser globalmente entendido como uma mais valia para as localidades que dispõem de vestígios patrimoniais enquadráveis na designação de arqueológicos.

É evidente que tal perspectiva resulta dos actuais impactos económicos positivos que a actividade turística tem tido sobre as zonas que se lançaram numa tal direcção de optimização dos seus recursos culturais. É óbvio também que uma inflexão nos fluxos de consumidores de objectos culturais poderá subitamente mostrar as fraquezas de tais estratégias se estas forem unidireccionais...

Em qualquer dos casos, sem dúvida que a situação actual é complexa e a pedir alguma reflexão sobre os caminhos empreendidos e a desenvolver. A avaliação crítica em torno dos projectos que há mais tempo enveredaram por essa estratégia pode ser uma das formas de tal reflexão efectuada.

Mértola é sem dúvida um dos casos que pode ser incluído na lista nacional dos projectos pioneiros nesta área, e de cujo balanço crítico algumas questões interessantes podem resultar. Tal é a proposta deste texto. Apesar de meramente circunscrito a algumas das suas áreas de intervenção, particularmente à actividade do Campo Arqueológico de Mértola (CAM), e feito a título meramente pessoal, espera-se que o conjunto de dados e questões que a seguir se apresentam sobre a experiência desenvolvida nesta pequena vila do Baixo Alentejo

* Investigador do Campo Arqueológico de Mértola

* Professor da Delegação de Mértola da Escola Profissional Bento de Jesus Caraça.

possam conduzir a um frutuoso diálogo em torno da problemática do desenvolvimento local em estratégias de base cultural e patrimonial.

Um projecto de investigação

A investigação arqueológica em Mértola, na vila e na sua envolvente, tem estado desde sempre centrada nos períodos romano, tardo-romano e islâmico, tendo este último vindo a capitalizar a maior parte das atenções da equipa de investigadores pertencentes ao CAM. É sobre este período que, efectivamente, as pesquisas têm sobretudo incidido (e cujos méritos e resultados ultrapassam, como se sabe, a esfera da importância local), estando as mesmas ainda longe de se estenderem, em profundidade e nível informativo, a épocas históricas anteriores. Não obstante, já existem dados bastantes para uma caracterização histórica e estruturante do casco de Mértola entre os séculos III e XIII, naquilo que podemos chamar de grandes linhas de compreensão do fenómeno urbano, bem como de definição e/ou caracterização de funcionalidades inscritas naquele, como sejam, nomeadamente, os espaços militares, religiosos, cemiteriais e públicos, entendendo estes últimos na sua expressão maior, isto é, os que decorrem do discurso construtivo dos poderes constituídos, plasmados nos edifícios que comumente se agrupam no *forum*-alcaçova das urbes mediterrânicas.

Embora existam expressivas lacunas informativas que apenas com o prolongamento dos trabalhos arqueológicos, em extensão e mergulhando em estratos ainda não atingidos, podem futuramente ser preenchidas, dois dados são hoje, porém, já reconhecidos e aceites: a importância urbana de Mértola, entre os períodos romano e o islâmico (com naturais gradações nas formas que os mesmos conheceram) e a existência de uma continuidade civilizacional, mais do que rupturas, entre as duas civilizações em presença: a cristã e a islâmica.

Dos resultados científicos obtidos o destaque maior cabe ao estudo desenvolvido a partir das escavações do bairro almoada da alcaçova de Mértola, pelo conjunto de novidades que trouxe sobre o urbanismo e técnicas construtivas num período histórico que é, seguramente, dos mais lacunares de todo o Ocidente Mediterrânico. Destaque, ainda, para os resultados obtidos, nos últimos anos, para o melhor conhecimento da zona do presumível balneário do antigo *forum* romano (a mesma plataforma onde se implantou posteriormente o referido bairro almoada); para as escavações empreendidas na basílica paleocristã (que permitiu definir a afinidade construtiva com exemplos norte-americanos, para lá do que, cientificamente, revelou os intensos contactos que Mértola conheceu com diferentes portos do mar interior que é o Mediterrâneo, atestados nas inscrições lapidárias do séculos V - VII); para o estudo da cintura de muralhas que defende o casco urbano (as escavações arqueológicas levadas a efeito nesta zona fizeram luz sobre a evolução que conheceu, desde o período tardo-romano ao medieval, todo o conjunto amuralhado, e permitiram traçar um plano de recuperação e reconstrução de alguns troços, que foi levado à prática); para a investigação em torno da Ermida e Necrópole da Achada de S. Sebastião (que deram a conhecer uma ampla área cemiterial de época tardo-romana e possibilitaram o estudo comparativo – arqueológico e histórico/estilístico – de uma pequena capela tardo-medieval e a sua evolução arquitectónica, ao mesmo tempo que facultou os dados imprescindíveis à recuperação e musealização destes espaços, actualmente concluídos).

No entanto, o profundo conhecimento existente sobre o passado e o presente da localidade resulta também dos esforços de outras áreas científicas, particularmente da investigação histórico-documental, que tem permitido aprofundar principalmente o período entre o século XIV e o XVIII; e da investigação etno-antropológica, cujos estudos sobre usos sociais e tecnológicos das antigas comunidades têm permitido avaliar as continuidades e rupturas no que ao momento presente concerne.

De facto, na génese deste projecto esteve sempre uma vocação multidisciplinar que procurou a chave da solução interpretativa para as expressões quotidianas - materiais e imateriais - numa saudável mistura de disciplinas e metodologias científicas, partindo de um pressuposto inicial de que a abordagem de uma realidade complexa seria desta forma beneficiada, quer em termos de obtenção de dados quer, o que é mais significativo, em termos de construção de uma grelha interpretativa para a estruturação do território e suas localidades.

Partindo da perseguição de uma aparente miragem, e na sequência das transformações operadas na sociedade portuguesa no pós-25 de Abril, o malogrado Presidente do Município Serrão Martins lançou o isco que havia de cativar Cláudio Torres, seu antigo professor na Faculdade de Letras de Lisboa, para um trabalho de escavação arqueológica que nos primeiros anos não divergia muito da tradicional investigação académica. Não é possível, nem é esse o principal objectivo que norteia estas linhas, descrever com minúcia a biografia do CAM; no entanto, parece-nos essencial para a compreensão da análise crítica que mais tarde se desenvolverá,

deixar aqui algumas breves linhas sobre as diferentes etapas pelas quais esta instituição passou desde 1978.

A primeira etapa, entre 1978 e 1986, - a que poderíamos alcunhar de *flower power* - foi de facto o período das migrações estivais dos jovens universitários que, em Mértola, encontravam um enorme manancial de matéria-prima com o qual desenvolver as suas linhas de investigação e que, em colaboração com outros jovens locais, se dedicaram aos primeiros trabalhos de recolha e tratamento de artefactos, de organização de documentação histórica existente, de síntese das informações quotidianas que poderiam constituir um cenário etnológico. Da relação destes dois grupos - locais e *pára-quedistas* - foi gradualmente germinando o embrião que havia de constituir a equipa da Associação de Defesa do Património de Mértola, da qual, anos mais tarde, se havia de autonomizar a sua (quase monopolista) secção de Arqueologia (e História), que se virá a designar Campo Arqueológico de Mértola.



Fig. 1

Na transição desta etapa para a seguinte pode ser considerado quase como um período intermédio que lançou os dados para o trabalho desenvolvido na última década. Na sequência do falecimento prematuro de Serrão Martins, fica então Cláudio Torres como depositário de transformar o antigo sonho de *um futuro de base cultural* em realidade; as portas de acesso a essa estratégia foram, por um lado, a adesão, em 1986, de Portugal à Comunidade Europeia, com o volume de Fundos Estruturais veio a implicar de possibilidades de investimentos; e, por outro, a consagração nacional e internacional da equipa de investigação arqueológica, na sequência da organização (entre Lisboa, Silves e Mértola), em, 1987, do IV Congresso Internacional de Arqueologia Medieval do Mediterrâneo Ocidental.

Este Congresso implicou a necessidade de uma nova sede para os diferentes departamentos de investigação, que veio a ser facultada pelo Município. Por seu lado, a investigação em Portugal beneficiou em geral da integração europeia e do novo dinamismo da Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica (JNICT), o que no caso do CAM (fundado em 1988) veio a permitir o crescimento e maior estabilidade da sua equipa permanente e a aquisição de um considerável conjunto de equipamentos científicos. A decisão estratégica de autonomizar o CAM da ADPM permitiu que desta data em diante cada uma delas se especializasse em sectores distintos, a primeiro concentrando esforços no Património Arquitectónico e na investigação histórico-arqueológica, a segunda a dedicar-se aos recursos do Património Natural e aos estudos de cariz etnológico. Esta separação tem-se revelado acertada em termos de produção de resultados científicos, embora, actualmente, a coordenação entre ambas seja um problema sensível, a carecer de solução eficaz. Este período de actividade, de certa forma dourado, durou entre 1987 e 1991, e teve, para lá da actividade corrente

de investigação, como momentos mais significativos: a Mértola Vila-Museu, que viria a ganhar o Prémio Nacional de Salvaguarda do Património, e a colaboração no Plano Salvaguarda do Centro Histórico de Mértola, também ele distinguido, em 1991, com o Prémio Nacional para planos dessa natureza.

A terceira etapa, entre 1992 e 1995, foi “o reverso da medalha”, cujos efeitos negativos ainda hoje podem, em certa medida, ser sentidos: a transição entre o Iº e o IIº Quadro Comunitário de Apoio sofreu um atraso considerável na implementação deste último, atraso que veio a surpreender o CAM numa fase de grande investimento com vista à ampliação do projecto de musealização do casco antigo de Mértola (centrado na aquisição de espaços para a instalação desses núcleos), o que forçou à contracção de encargos financeiros de grande monta para fazer face a compromissos prévios. Simultaneamente, o número de projectos científicos aprovados diminuiu, quer em número, quer no valor do seu financiamento. Tal sucessão de factores negativos provocou oscilações severas na estabilidade da equipa de investigação, levando a diferentes experiências de gestão, a maior parte das vezes não conseguindo resolver a contento os problemas com que se defrontavam quotidianamente.

Felizmente que, em termos do projecto Mértola Vila-Museu, este não dependia exclusivamente do CAM. A ADPM, e sempre o Município, foram conseguindo equilibrar positivamente o projecto em termos dos seus resultados e das etapas de execução existentes à data. De facto, a causa ambiental começava a ter, em Portugal, o estatuto de preocupação maior do final do século; isto permitiu à ADPM desenvolver, com o apoio de inúmeras instituições nacionais e estrangeiras, um conjunto de projectos científicos nesta área. Estes estudos estiveram na base da constituição, em 1996, do Parque Natural do Vale do Guadiana, elemento fundamental da estratégia de desenvolvimento local iniciada muitos anos atrás com a arqueologia. De facto, a potenciação dos recursos endógenos não faria qualquer sentido deixando de parte a espinha dorsal que é o rio, e o seu território.

A fase actual, iniciada em 1996 e que se concluirá em 1998, a meu ver, o fim do ciclo inicial, a partir de uma ideia essencialmente assente na concretização da referida vila-museu: um espaço urbano povoado de núcleos museológicos dedicados aos principais períodos históricos ou conjuntos patrimoniais relevantes que Mértola, na sua história milenar, possui como herança. O apoio actual do Fundo de Turismo (organismo dependente do Ministério do Comércio e Turismo) à concretização acelerada desse antigo programa de intenções permite a sua conclusão talvez com uma década de avanço em relação às perspectivas que se possuíam anteriormente.

A atracção que este conjunto de núcleos gerará, poderá ser, espera-se, suficiente - ao menos num considerável número de anos subsequente - para garantir uma parte do desenvolvimento local, sustentado em actividades culturais e turísticas, concretizando-se assim o desejo inicial de possuir cenários alternativos, para lá do modelo agrícola e económico tradicional - capazes de parar a emigração massiva e a decadência da urbe -, tal como foi sonhado, certamente à volta de uma mesa de petisco, em 1978.

Um projecto de museologia na base de uma estratégia de desenvolvimento local

No desenvolvimento deste projecto ao longo dos anos, a intervenção arqueológica, para lá do seu inevitável cruzamento com a investigação histórica, tem valido também como estímulo para um mais alargado plano de valorização do Património, no quadro do já citado projecto museológico, visando a reabilitação urbana do casco histórico. De facto, histórica e museologicamente tão importantes como os achados arqueológicos e peças artísticas que enchem os expositores, são as ruas, a organização dos espaços públicos e de sociabilidade, a estruturação das áreas domésticas, os materiais e as técnicas de construção.

Neste contexto, e para usar a feliz síntese de Cláudio Torres, o *museu é a própria vila*. Assim, melhor se avalia e dimensiona o princípio que tem regido o projecto de museologia local de Mértola: o da polinuclearização, isto é, o de organizar / instalar em pontos diferenciados do casco histórico da vila, espaços museológicos temáticos (sempre que possível *in situ*, recuperando as peças a musealizar e enquadrando-as no seu cenário “natural”). Desta forma, proporciona-se a leitura e o reconhecimento de conteúdos históricos específicos, evitando-se a concentração expositiva e dos suportes informativos, ao mesmo tempo que se faculta o acesso a um percurso histórico de visita que se interpenetra com a estrutura e traçado urbano da vila, ela mesmo entendida como espaço museológico.

Tal filosofia de intervenção leva a que se considere da maior importância salvaguardar e preservar as características formais dos imóveis do conjunto edificado, pois tratam-se de parte representativa do Património construído da vila e da multiplicidade de linguagens arquitectónicas que a compõem. Porém, a conservação, se se quiser efectivamente assegurá-la, necessita de ser conjugada com a compreensão dos valores contemporâneos

de habitabilidade e de salvaguarda do Património Cultural. No entanto, para conseguir aumentar a consciência individual e colectiva face aos valores em questão, seria necessário envolver mais profundamente o conjunto dos seus habitantes. A ausência, até aos anos oitenta, de uma tal estratégia, veio a condicionar essa mesma apreciação, cuja conotação negativa se cristalizou no próprio conceito de *vila velha* - designação pela qual a parte histórica de Mértola começou a ser conhecida a partir do crescimento recente do arrabalde (nos anos 70/80) -, e que uma burguesia desejosa de valorizar a sua nova vivenda de tijolo furado aproveitou para depreciar.

Neste aspecto a componente museológica - espinha dorsal do *Projecto Mértola Vila-Museu* - acabou por directa e indirectamente beneficiar o Património Arquitectónico. Primeiro, pela criação ou adaptação de espaços a museus, recuperando assim alguns edifícios simbolicamente importantes (núcleo de Arte Sacra, na antiga *Igreja da Misericórdia*; a *casa romana*, valorização de ruínas arqueológicas descobertas na cave do edifício camarário; o núcleo lapidar aproveitando a sala da Torre de Menagem do Castelo e, ainda por executar, o núcleo islâmico nos antigos celeiros da Casa de Bragança; a estes pode acrescentar-se um edifício feito de raiz, com aplicação mista de betão armado e taipa, implantado no Rossio do Carmo sobre as ruínas da antiga basílica paleocristã, representando uma feliz conjugação de arquitectura moderna com vestígios arqueológicos).



Fig. 2

Segundo, pela significativa atracção de visitantes, que fez despertar no morador local uma revalorização do seu próprio espaço urbano. De velho passou a cultural e daí se passou do abandono ao regresso. A recuperação de casas tem vindo cadenciadamente a ser levada a cabo e o número de moradores pode, se bem que lentamente, crescer no decurso da corrente década. A própria revalorização do espaço influenciou e dinamizou algumas recuperações com vista à posterior venda dos imóveis, como seria de esperar, a sofrer algum afã especulativo.

Uma particular sintonia entre a componente técnica e a parte política do planeamento, permitiu tornar a salvaguarda e conservação do Património arqueológico e urbano como um verdadeiro agente do processo de desenvolvimento local. Com resultados de destacar sob o ponto de vista da ética da conservação, acompanhou-se o desenvolvimento dos projectos de intervenção e da reabilitação com a recuperação de tecnologias e materiais de construção tradicionais, reanimando-se indústrias artesanais (por exemplo de fabrico de telha), promovendo-se a formação profissional em técnicas e construção tradicional (o adobe, a arquitectura de terra), etc..

A Autarquia, que tem desenvolvido desde o 25 de Abril uma política de aquisição e recuperação de

imóveis nesta zona, e que manteve, contra opiniões e desventuras o edifício camarário nesta zona (abdicando nessa fase de uma nova construção na “vila nova”) estava ciente de que, apoiando um projecto de índole turístico-cultural, poderia contribuir para um novo ressurgir da localidade, em termos de criar uma estratégia económica para o concelho, embora ampliando a sua terciarização, que se afigura cada vez mais inevitável face às condicionantes dos termos actuais. Tal como antes, Mértola era o local das rotas comerciais e económicas, ligando o interior com o Algarve pelo Guadiana, é hoje cada vez mais o ponto de passagem privilegiado nos trajectos culturais percorridos entre estas duas zonas, na faixa interior do País.

Fruto do trabalho desenvolvido após duas décadas é possível actualmente enunciar um conjunto de princípios basilares do programa de intervenção em curso:

- que a investigação científica possa estar na base, não só do conhecimento histórico e arqueológico do casco, mas que também contribua para o traçar de regras e dos limites dentro do quadro de um planeamento integrado;

- que a implantação dos vários espaços museológicos ao longo da Vila Velha contribua para a redinamizar, dando-lhe uma valorização acrescida à que a sua beleza e monumentalidade já pressupõem; esta valorização tem vindo a permitir inverter o conceito de que habitar nesta zona é sinal de pobreza, sendo cada vez mais nítida a mudança do seu estatuto;

- que a valorização do espaço urbano, nas suas componentes patrimoniais, contribua para aumentar o número de razões que justificam a sua cada vez maior procura para uma visita. Esta estratégia, que está na base de um incentivo ao aumento dos afluxos turísticos para Mértola, permitirá alguma redinamização económica, numa zona de tão grandes potenciais patrimoniais endógenos, mas tão deprimida, como esta é;

- por último, e não menos importante, que no que respeita às intervenções arquitectónicas e urbanísticas, se consiga criar, e manter coerente, um bem estruturado plano geral de intervenção e salvaguarda, que tenha em vista proporcionar uma melhoria de condições habitacionais do conjunto edificado, e demonstrar que tal objectivo não é, de todo, incompatível com a recuperação, conservação e usufruto dos elementos patrimoniais existentes no centro histórico.

Um modelo estratégico

Se considerarmos a análise do impacto destas actividades de investigação científica, vistas retrospectivamente, não podemos deixar de as entender como uma componente fundamental de um modelo estratégico de desenvolvimento para uma região que parecia inevitavelmente deprimida.

Dotada de um território imenso, a vila de Mértola é sede de um concelho com 1279 km² (o terceiro maior do País em área); tal facto, por si, poderia não ser um problema de maior não fosse o facto de a sua população - ao contrário do que sucede geralmente no Alentejo - se encontrar dispersa por um grande número de localidades, um pouco mais de uma centena, na sua maioria oscilando entre os 150 a 2 ou 3 moradores.

De facto, grande parte deste território é, morfologicamente, uma zona de transição, entre as planícies bejenses e as colinares serras algarvias, revelando-se também já algo acidentado, em particular a sua metade sul. O povoamento foi, por isso, tradicionalmente mais disperso, e assim se tem mantido. Se a esta constante dificuldade logística acrescentarmos a queda dos índices demográficos (só do Censo de 1981 para a década seguinte o concelho de Mértola passou de 11.693 habitantes para 9.731!) tem-se um cenário, em qualquer área de intervenção, que se assemelha ao que sucede, por exemplo, com o transporte escolar: de organização complexíssima e custos muito elevados servindo, por localidade, um número de crianças a maioria das vezes à dezena, quando não meramente próximo da unidade.

Neste cenário de despovoamento, um outro factor agravou nos últimos anos, as condições de vida da população: o desemprego. As transformações do processo produtivo associado à agricultura e à pastorícia vieram endurecer um cenário que desde o encerramento das Minas de S. Domingos nos anos 60 já não era famoso (à data o concelho tinha 26.028 habitantes!). Neste contexto, o desenvolvimento da área de serviços, particularmente se ligada a actividades relacionadas com o Património local, que possuía importantes recursos a explorar, pareceu ser, no início dos anos 80, uma opção com impactos positivos na qual apostar.

As conclusões de uma tese de mestrado que se debruça sobre o projecto de Mértola (“Património Cultural e Desenvolvimento Local. O “Projecto de Mértola”, da autoria de Carlos Simões Nuno, Universidade Nova de Lisboa, 1992) apontavam já para as semelhanças que este caso apresentava com o modelo “agropolitano” de desenvolvimento teorizado por Clyde Weaver. Tais semelhanças dever-se-iam, em primeiro lugar, à mobilização interna dos recursos endógenos para tentar responder às necessidades locais que tenham sido

consideradas como prioritárias e carentes de urgente resposta: emprego, ensino, condições de habitação, produção cultural. Com a mesma finalidade, as potencialidades e os recursos existentes foram integrados como componentes de desenvolvimento do projecto.

Mas foram-no considerando uma perspectiva global que considerava prioritário o crescimento de actividades “residentes”, aquelas que apresentavam maiores ligações com o território onde o projecto se estruturava (veja-se o sub-capítulo referente à interacção educativa).

Esta perspectiva de longo prazo também influenciou o planeamento e a gestão urbana, e os inerentes documentos jurídico-legais, produzidos no quadro da municipalidade, que enquadram essas áreas, e que reflectem a perspectiva consagrada na ideia *Mértola Vila-Museu*.

Parece claro que este modelo de desenvolvimento se enquadra na categoria das acções definidas como de desenvolvimento endógeno; no entanto, no caso deste projecto, pode ainda associar-se-lhe a noção de *identidade defensiva*, para usar outro conceito de Weaver, uma vez que as actividades com raízes locais representam o papel principal e onde a estratégia para inverter a situação negativa e disfuncional que existia previamente resulta maioritariamente de um cuidado trabalho de (re)animação social, económica e cultural numa perspectiva de obter resultados a longo prazo.



Fig. 3

Pode dessa forma afirmar-se que o projecto *Mértola Vila-Museu* encara o desenvolvimento como um processo dinâmico de evolução e satisfação das necessidades básicas da população, quer estas sejam claramente expressas ou meramente intuídas. No conjunto destas, a obtenção de um posto de trabalho é comumente considerada a mais importante, em resultado das condições específicas do concelho, já anteriormente referidas.

Evidentemente que este modelo não é uma solução miraculosa, panaceia de todas as disfunções estruturais. Mas, em muitos locais, esta parece ser a solução que reúne maior consenso no que respeita a uma mais harmoniosa solução de desenvolvimento local para cada uma região; de facto, são hoje incontáveis os projectos por essa Europa fora que desenvolvem estratégias semelhantes, com resultados igualmente positivos.

De Mértola, escrevia Alves Jana: “O passo fundamental parece-nos ter sido a opção por um trabalho arqueológico a longo termo, implicando inicialmente longas estadias de campo e, posteriormente, a própria fixação de parte da equipa a viver no concelho; tal facilitou e fortaleceu o processo de integração nos tecidos sociais locais, e rompeu com todo o tipo de trabalho tradicional em arqueologia, das campanhas temporárias e em circuito académico fechado e exterior à própria população local; trabalhou-se com a, e não à custa da, comunidade local.” (citado por Carlos Simões, op.cit.).

Esta frutuosa relação entre os técnicos vindos do exterior, os agentes locais e a população, que se verificou ir produzindo resultados extremamente positivos, foi, com o tempo, desenvolvendo-se a outros níveis, particularmente devido ao estabelecimento de relações inter-institucionais com os diversos organismos locais, regionais e nacionais, com outros investidores externos, etc.. Alguns destes financiaram a investigação científica (como o caso, de destacar, da Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, e também da Fundação Calouste Gulbenkian, entre os mais importantes), outros a formação profissional (como o Instituto do Emprego e Formação Profissional - Centro Regional de Beja), e esta lista seria longa, se se quisessem enumerar todos os apoiantes com alguma participação desde os finais da década de 70.

As modificações positivas, resultantes deste projecto, que em termos de desenvolvimento local podem ser já percebidas, mostram que a aposta inicial do Município de Mértola em suportar - nessa altura sozinho - os primeiros passos de uma equipa de investigação científica foi correcta. De certa forma, pode afirmar-se que a introdução desses factores exógenos se revelou importante em dois aspectos cruciais:

- a interacção criativa entre os diferentes agentes envolvidos alargou a capacidade criativa e de inovação em “tempo actual”;

- o papel desempenhado por estes “interlocutores qualificados do território”, na sua relação com os agentes locais e com os agentes externos, permitiu superar uma deficiência em termos de recursos humanos (relativamente comum em regiões de interior), e influenciando positivamente a qualidade das intervenções institucionais (devido a um certo “efeito dominó”). Este conjunto de factores permitiu a participação controlada de outros agentes distintos neste processo, e a ele originalmente alheios, mas que foram dando contribuições positivas para o seu progresso.

Outro dos factores que pode ser considerado como extremamente positivo foi a utilização - desde o início - de um conceito alargado no que se refere à noção de Património, de Ambiente e de Gestão e Reabilitação Urbana, que os envolveu a todos como parte de uma abordagem multidisciplinar à realidade local, englobando a Arqueologia, a Etnologia, a História Local, a História da Arte, e mesmo a Arqueologia Industrial, alargando as formas de conhecimento e identificação local a tantos campos quanto possível.

Também original (e mesmo ousado para a época...) foi a ideia de tornar públicos, assim que tal se tornou possível, alguns resultados parciais desta estratégia e das intervenções feitas. Isto permitiu à população local, de imediato, confrontar os resultados obtidos pela investigação científica, avaliar dos impactos de atracção turística que estavam a ser gerados e, facto que teve a maior importância em termos de captação de investimentos, foi possível utilizar as peças do puzzle museológico entretanto constituídas como amostragem do produto final no quadro de uma estratégia de promoção que se revelou extremamente eficaz, muito em especial junto dos meios de comunicação social.

A opção de utilizar edifícios existentes e que se encontrassem disponíveis (ou que foram entretanto adquiridos), ou mesmo os próprios locais onde os trabalhos arqueológicos foram realizados, para instalar núcleos museológicos *in situ*, veio também auxiliar a estratégia de reabilitação de edifícios na área do casco histórico e contribuir para um melhor e mais qualificado ambiente urbano.

É evidente que o modelo estratégico, de início, não tinha, em algumas áreas, um desenho com contornos muito definidos, perfis que foram sendo afinados ao longo do seu processo evolutivo. No entanto, e para lá da base científica resultante da investigação, e de uma ideia de reabilitação urbana construída a partir de um programa museológico, existem outros dois aspectos com relevo no projecto *Mértola Vila-Museu*, no quadro do seu modelo estratégico, que aqui se procurarão escarpelizar um pouco.

O primeiro destes projectos é o que poderíamos designar por interacção educativa com a comunidade local.

Desde o início, os trabalhos arqueológicos implicaram a participação de jovens locais, alguns dos quais, nos anos subsequentes, se foram especializando e motivando a prosseguirem, noutros locais, e com alguns sacrifícios, os seus estudos até ao nível universitário; esse grupo constitui hoje parte do corpo de técnicos de restauro e arqueologia do CAM, dos quadros da ADPM e da Autarquia, na sua área socio-cultural.

Na sequência dos processos de investigação na área etnológica, e da consciência da importância cultural de certas actividades, entendeu-se a formação de novos artesãos como a solução para lhes dar um novo fôlego. A tecelagem e as técnicas construtivas foram das primeiras e até hoje a Cooperativa de Tecelagem, entretanto formada, é um *ex-libris* do próprio projecto.

No quadro das possibilidades de formação entretanto geradas pela chegada das verbas do Fundo Social Europeu, quer o CAM, quer a APDM, têm investido consideravelmente em projectos de formação profissional.

Evidentemente que a maior parte das áreas de formação profissional foram intencionalmente escolhidas

em função da sua importância como factor de desenvolvimento local e pela sua ligação a actividades do próprio projecto científico: conservação do Património, gestão e administração associada às instituições CAM e ADPM, negócios de pequena e média dimensão nas áreas da restauração (gastronomia tradicional e doçaria) e do alojamento turístico, auto-emprego em actividades artesanais diversas como a ourivesaria, cerâmica, técnicas tradicionais de construção, etc..

Deve aqui destacar-se o papel de relevo desempenhado, nesta área e nos últimos anos, pela delegação local da Escola Profissional Bento de Jesus Caraça (EPBJC) que, com um quadro docente de base constituído por elementos ligados ao corpo de investigadores e técnicos do CAM, criou perspectivas de formação que ultrapassam as componentes técnicas que existiam anteriormente; seguindo um modelo que cruza a componente teórica de base do ensino oficial com a especialização em diferentes domínios da área patrimonial e cultural (diplomando os alunos com equivalência ao 12º ano e como técnicos de Museografia Arqueológica, Turismo Ambiental e Rural, e Gestão e Animação do Património), representa hoje uma alternativa de ensino que começa a ter expressão nacional, atraindo cada vez mais jovens de outras localidades a virem para Mértola estudar. Este cenário, há uns anos, seria encarado como totalmente fantasioso.

E, no entanto, uma perspectiva de formação pós-graduada em Turismo Cultural tinha já sido efectuada em Mértola, mas apenas com alunos oriundos de outros locais e já com um diploma universitário, o que não representou uma alternativa de formação para os jovens locais (embora tenha tido um papel importante em termos de “refrescar” um pouco as equipas do CAM e da ADPM, que integram alguns destes formandos). No caso da EPBJC, os alunos do concelho de Mértola funcionam como hospedeiros dos restantes, o que lhes atribui um novo papel, aumentando a sua auto-estima, e modificando positivamente a forma como podem encarar o concelho onde residem.



Fig. 4

A interacção educativa tem, efectivamente, desempenhado um papel de relevo, em qualquer das duas facetas de que é composta: por um lado, proporciona melhor acesso a ocasiões de emprego, uma vez que as qualificações dos jovens aumentam; e estimula uma continuação da formação a níveis superiores, quer em áreas académicas quer técnicas. O facto de Mértola reunir já algumas alternativas em termos de ensino e formação, para lá do quadro institucional da escola C+S de Mértola (padronizado por um modelo oriundo da grande metrópole...), tem melhorado em muito as perspectivas com que os jovens se defrontavam anteriormente, onde, para prosseguir os estudos, inevitavelmente era forçoso sair, o que limitava essa escolha aos agregados familiares com maior disponibilidades financeira. Nunca poderão, obviamente, o CAM e a ADPM contemplar

todas as alternativas, mas o importante é que, de facto, agora algumas existem. A dimensão da comunidade humana, sendo pequena no seu todo, faz com que seja relevante cada sucesso individual!

O segundo dos aspectos que se pretende destacar com importância no desenho do modelo estratégico que está em análise, é o papel do Turismo Cultural como “suporte estrutural” do projecto; quer das suas componentes museológicas (e dos investimentos e postos de trabalho associados), quer do conjunto de actividades locais ligadas ao sector turístico, ou ainda, como motor da economia local, estruturante de nova capacidade económica (para um segmento importante da sua população), influenciando diferentes sectores de actividade, desde a venda a retalho até à construção civil...

No concelho de Mértola, e particularmente na sua sede administrativa, a questão da riqueza patrimonial nunca se colocou: é evidente a qualidade plástica desta antiga cidade mediterrânica, ponto de chegada e de partida de tantas mercadorias e destinos; a investigação nos diversos domínios veio a acrescentar-lhe importância científica como local de compreensão para quotidianos de outras épocas, em que resulta o período da ocupação berbere do Sul de Portugal; essa mesma investigação e um projecto de valorização dos seus recursos patrimoniais vieram a dar-lhe condições de afirmação no contexto dos novos consumos turísticos contemporâneos, onde é cada vez maior o número daqueles que preambulam em busca de raízes históricas e tradições culturais.

O Património é de facto a matéria-prima do Turismo Cultural. O facto de representar uma questão sensível (não apenas o Património edificado e natural, mas também a herança social e mental), levou a que, em 1980, na Conferência de Montreal promovida pela UNESCO, o Turismo Cultural tenha sido considerado como uma indústria cultural. Na mesma ocasião foi elaborada uma *Carta do Turismo Cultural*, sugerindo aos Estados membros que, através das suas estruturas administrativas, pedagógicas e de comunicação, e em coordenação com os seus operadores turísticos, adoptem medidas de sensibilização relacionadas com os valores culturais, medidas que devem ter o claro propósito de alertar e educar os turistas para os valores em causa. Foi ainda feita uma recomendação adicional aos especialistas envolvidos, no sentido de recordar que o seu papel, enquanto agentes pedagógicos no quadro deste processo, deve levar em consideração a natureza particular de qualquer das componentes do Património, e para a sua interdisciplinaridade, conhecimentos que devem ser envolvidos, desde o início, na preparação de qualquer estratégia de Turismo Cultural. Repare-se a contemporaneidade destes objectivos com os primeiros passos do projecto *Vila-Museu*.

Alguns aspectos do Turismo e da Cultura parecem ser o oposto uns dos outros, mas não é menos verdade que os objectivos de qualquer política de Turismo - desenvolvimento económico, gestão do território e promoção da imagem local - são razoavelmente próximos dos de uma política cultural - protecção e recuperação do Património, gestão do território, integração social, animação cultural.

A crescente preocupação em relação a uma correcta gestão do território, que possa agradar a ambos os sectores - económico e de defesa do Património - tem levado a uma reflexão internacional em torno de um novo conceito, muito mais largo do que o apresentado anteriormente; a citada Carta do Turismo Sustentável destacava já “*que o turismo é ambivalente, uma vez que pode contribuir positivamente para o progresso socio-económico e cultural, enquanto que ao mesmo tempo pode contribuir para a degradação do ambiente e para a perda da identidade local*” e, portanto, “*deve ser abordado utilizando-se uma metodologia global*”.

O seu Artigo 1º sumariza alguns dos pressupostos essenciais destas estratégias: “*O desenvolvimento turístico deve ser baseado em critérios de sustentabilidade, o que quer dizer que, do ponto de vista ecológico, não deve ter impactos negativos nem a longo prazo, deve ser economicamente viável, e ética e socialmente compatível com as comunidades locais. O desenvolvimento sustentável é um processo planeado que visa a gestão global dos recursos com vista a garantir a sua viabilidade, dessa forma enriquecendo os recursos naturais e culturais, incluindo as áreas protegidas, e a sua preservação. Como poderoso instrumento de desenvolvimento, o turismo pode e deve participar como componente de uma estratégia de desenvolvimento sustentável. Evidentemente que tal deve exigir uma gestão equilibrada deste sector, de modo a que os recursos do qual depende tenham uma garantia de durabilidade.*”

A questão do impacto económico, com os seus prejuízos e benefícios, tem sido sempre a questão-chave das estratégias baseadas no Turismo Cultural. René Rizzardo, no seu texto “*Tourisme Culturel: un element d'aménagement du territoire*” (publicado em “*Tourisme et Culture*”, Cahiers Espace), destaca que é comumente entendido “*que o Turismo Cultural é um gerador de empregos, mas que esse valor é de difícil verificação. O que está confirmado é que, nos projectos que apresentem maior coerência, é necessário reintroduzir muitos dos ofícios tradicionais, de estimular a formação de jovens em áreas associadas ao Património e*

mesmo em outros domínios e estruturar essas acções de modo a que, quer seja pela formação inicial, quer seja pela formação contínua, as sinergias criadas se possam desenvolver e sejam de qualidade.”

A estratégia de Turismo Cultural que se tem desenvolvido em Mértola levou sempre em consideração este dilema entre o desenvolvimento e preservação do Património e das tradições. Se não por outra razão apenas pelo facto de que em qualquer comunidade é sempre estranho que se gaste muito dinheiro em “pedras e museus” se ela não toma consciência - ou recebe os benefícios - das melhorias para as condições de vida que tal iniciativa representa para a população local no seu todo.

Se se levar em consideração que os principais recursos da região são a riqueza natural e Património edificado, conjunto em que o casco histórico de Mértola, com os seus *monumentos* e casario tradicional, tem o estatuto de “jóia da coroa”, é fácil entender então como é fundamental estabelecer mecanismos que possam permitir a manutenção da sua qualidade arquitectónica e o desenvolvimento de instrumentos para a sua eficaz gestão enquanto, simultaneamente, se procede à sua promoção (cuidadosa...) enquanto bem cultural de consumo, de modo a gerar os recursos económicos suficientes para permitir à região atingir um nível razoável de desenvolvimento sustentado. Em Mértola existe ainda algum caminho a percorrer até se chegar a um modelo equilibrado de gestão.

Apesar de tudo, é já claro que o Turismo Cultural é uma das principais fontes geradoras de consumos que viabilizam os investimentos locais; se os fluxos desses consumidores puderem ser estabilizados num nível satisfatório, então terá sido dado um enorme passo para a “auto-sustentabilidade” local.



Fig. 5

O propósito de atingir um tal patamar vem, inclusive, ao encontro das mais recentes directivas comunitárias: o desenvolvimento deve assentar nos recursos endógenos, sejam eles económicos ou culturais. A contribuição da população na definição de um tipo de estratégia enquadrável por este programa de intenções (se bem que muitas vezes só numa fase em que os difíceis primeiros passos já foram dados) aumentará, pela sua efectiva participação, o número de soluções estratégicas possível, bem como os orçamentos disponíveis para a sua implantação, e desse modo tornando o desenvolvimento - como no caso de Mértola se vem verificar gradualmente - efectivo.

Apenas brevemente gostaria de chamar a atenção para outro aspecto fundamental relacionado com o Turismo Cultural. Quer lhe chamemos visitantes ou consumidores o facto é que são aqueles que vêm de fora da comunidade que são responsáveis pelo sucesso estratégico do projecto.

Sendo assim, é grande a tentação para, por todos os meios possíveis, atrair o seu interesse e,

consequentemente, o conteúdo das suas carteiras. Atente-se no alerta feito por uma autora finlandesa, Maaria de Linko, em *"A Nostalgic Visit..."*: *"Se o número de visitantes for o único factor a ser levado em conta, é sempre provável que o museu venha ser apanhado na lógica do entretenimento e transformado num parque de diversões com uma justificação cultural."*

Um grande número de projectos de Turismo Cultural inicialmente de grande qualidade morreram desta doença... É essencial que todos os agentes envolvidos levem em consideração não apenas que as componentes patrimoniais podem ser irremediavelmente danificadas ou perder qualidades devido ao seu consumo maciço, mas também os serviços que estão associados perderão, inevitavelmente, algo do factor de qualidade que era a sua marca de distinção. A verdadeira sustentabilidade está mais relacionada com atingir-se um patamar equilibrado onde a autenticidade e a qualidade possam ser mantidas sem qualquer dificuldade ou distorção.

Desta forma mais facilmente se salvaguardarão as componentes de uma determinada urbe ou território, permitindo que a expressão "Património", como lhe é devido pela sua raiz latina, se possa efectivamente constituir, como pretende, em *"A qui appartient le patrimoine"*, Claudine Chaspoul, na herança das gerações vindouras: *"Uma vez que o Património não existe senão pelo olhar que lhe é concedido no presente, porque transmitir intacto às gerações futuras o Património do qual somos herdeiros é uma necessidade, porque o passado nos deve ajudar a construir o futuro, porque a cultura, desde o século XIX não é mais exclusivo de uma elite, por tudo isso o Património deve ser da responsabilidade de todos os actores sociais, em benefício do conjunto da população."*

Forças e fraquezas de Mértola Vila-Museu - que avaliação fazer?

Estamos portanto num momento charneira, em que, como afirmei ao início, um ciclo parece chegar ao seu termo. De uma etapa inicial de investigação, passando por uma infraestruturação da mesma equipa, até ao actual momento de consolidação dos resultados - expressos num conjunto de publicações e de espaços museológicos. Parecem, sem dúvida, esgotados os recursos da investigação inicial, a reclamar um novo período de recolhimento, no fundo, de criação de novas "matérias-primas", com as quais edificar um segundo piso a esta construção cultural.

Fazer a avaliação crítica, mesmo que apenas como resultado de uma reflexão individual (logo, sem necessidade de estabelecer consensos...), de um projecto que está em desenvolvimento, parece encerrar em si a dificuldade de uma certa distanciação e também do tempo para a realizar. No entanto, a circunstância da realização, em 1996, de um Diploma Europeu de Gestão de Projectos Culturais (pela Foundation Marcel Hicter e Conselho da Europa) veio a proporcionar esse espaço, bem como a fornecer a metodologia que permitiu objectivar algumas das forças e fraquezas resultantes de 20 anos de actividades do CAM, de alguns aspectos que envolvem o conjunto das três instituições mais directamente ligadas ao projecto, e em termos de resultados obtidos com este modelo de desenvolvimento local para o concelho de Mértola. Esses itens não pretendem ser exaustivos, antes visam servir como uma contribuição para a reflexão necessária em torno de projectos culturais dessa índole.

Uma primeira forma de avaliação passará por listar uma série de indicadores locais que na generalidade mostram o sentido positivo da sua evolução; como não se pretende fazer uma análise exaustiva, refiram-se apenas quatro aspectos para os quais existem alguns indicadores:

- em 1978 existia, em Mértola, um restaurante digno desse nome para visitantes, turistas ou não, a que se juntavam três tasquinhas frequentadas pelos locais ou pelas gentes do concelho vindas à vila a qualquer afazer. Actualmente existem cerca de 15 locais e todos eles a fazerem negócio razoável, mesmo em algumas épocas bastante bom, tendo em quase todos os casos desaparecido essa distinção entre os visitantes e os locais, o que, para estes, também é um indicador das modificações económicas e de mentalidade entretanto verificadas. Estes locais, em conjunto com numerosas outras actividades, representam locais de emprego que não existiriam se tivessem que depender somente do número da população local.

- desde 1990, o número de portugueses que se deslocaram a Mértola representaram cerca de 70% do total de visitantes. Este número foi encontrado por comparação com o total de turistas, e com um intervalo de variação oscilando entre 66,9% e 72,3% nos últimos anos; tais valores demonstram, como já foi referido, que o impacto do projecto Mértola se deve em grande medida aos meios de comunicação escrita e televisões nacionais não existindo ainda verdadeiramente uma estratégia de promoção vocacionada para determinados nichos de mercado noutros países (tornando ainda mais relevante a parcela de 30% por estes representada).

- em 1995 a contagem efectuada pelo Posto de Turismo mostra que o total de visitantes que se deslocam a

Mértola por razões que se ligam com o projecto cultural (uma vez que evidentemente existirão decerto outras motivações para outros conjuntos de visitantes, mas que não são contabilizáveis no quadro do Posto de Turismo) atingiu o número de 14.408 habitantes (com cerca de 5.000 pertencentes a visitas de escolas). Se se pensar que a localidade tem apenas 1.100 habitantes (e todo o concelho menos de 10.000...) este valor dá decerto uma ideia do impacto que o projecto cultural efectivamente tem.

Um outro indicador relevante é a quantidade de investimento feito em Mértola, desde 1987, neste projecto, comparativamente com os recursos municipais disponíveis; dessa forma se entendendo a importância que foi a reunião de um conjunto de investigadores e técnicos em diversas áreas, trabalhando conjuntamente no sentido de alargar a quantidade de recursos financeiros “derramados” (em parte) sobre a economia local. Tal passou pela elaboração de projectos de investigação científica, formação profissional, projectos de desenvolvimento local, angariação de patrocínios, candidaturas a fundos públicos nacionais e programas comunitários, etc.. A título de exemplo recorda-se o investimento feito pelo Fundo de Turismo, no valor de 250.000 contos (a ser gasto em dois anos num conjunto pré-definido de equipamentos), verba muito elevada se comparada com o orçamento anual do município em 1997, que ronda os 1.1000.000 contos (dos quais 65% são dispendidos em pessoal, uma vez que a Autarquia, por razões sociais inconformáveis e fáceis de entender, é o maior empregador do Concelho).



Fig. 6

Como corolário dos efeitos induzidos podia uma vez mais apelar-se para o número de referências feitas ao projecto cultural em todos os meios de comunicação social que, a serem contabilizados como publicidade paga, representariam um número astronómico face aos recursos locais.

O facto de o projecto se encontrar numa fase de desenvolvimento acelerado faz com que determinados indicadores estejam a ser relativamente descuidados. Parece assim necessário a urgente constituição de um Observatório local - ligado à constituição de um Gabinete de Desenvolvimento Local. Observatório esse que poderia desenvolver análises de “malha fina”, esmiuçando todos os dados respeitantes ao número de consumidores, sua nacionalidade, motivações, impactos de publicidade, etc., feitos com regularidade e com metodologias científicas que permitissem um rastreio eficaz de todo o tipo de informações relevantes para o planeamento estratégico associado ao projecto *Mértola Vila-Museu*, a ser usado em discussões públicas com instituições, investidores e mesmo com a população em geral.

Para lá deste conjunto de indicadores, uma avaliação das componentes estratégicas pode também ser levada a efeito, utilizando uma metodologia que confronta as principais potencialidades com os maiores

defeitos, num dado contexto temporal de oportunidades e desafios. Sendo um projecto de desenvolvimento local, em si mesmo, um cenário complexo, tal avaliação permite uma apreciação das interações dos diversos factores, proporcionando, se é o caso, afinações estratégicas coordenadas entre os diversos itens em questão.

Principais potenciais

Um dos aspectos de maior relevo no caso de Mértola são os recursos patrimoniais de qualidade. Para lá do seu Património edificado, a qualidade arquitectónica do casco histórico, em conjunto com a implantação sobre o Guadiana e envolvente paisagística, são um dos principais recursos desta localidade. O desenvolvimento positivo do Projecto *Mértola Vila-Museu* assenta também nas componentes paisagem e espécies protegidas, e dada a vastidão do território, apresenta-se hoje como um campo de recursos inesgotável. Qualquer destas áreas patrimoniais tem servido de base a um trabalho de investigação profundo, de inegável valor científico, reconhecido nacional e internacionalmente.

Existe actualmente uma tendência de consumo, em termos turísticos, que aponta na direcção das diversas formas de herança patrimonial possíveis, e com indicadores que apontam para o aumento destas audiências. O interesse do público não está meramente centrado em visitas aos monumentos históricos e museus, mas, também, na aquisição de artesanato ou outros produtos locais / regionais e na gastronomia. De facto, o Turismo Cultural está na moda. Embora este factor seja actualmente um dos mais relevantes, não é garantido que, num futuro mais ou menos próximo, em termos de fluxos de consumidores, eles não venham a diminuir. Assim, essa perspectiva deve também ser considerada quando do dimensionamento de qualquer investimento local de forma a se estabelecer uma plataforma de equilíbrio que assegure a viabilidade e a longevidade de tais acções.

De particular impacto, no sentido positivo, é o profundo conhecimento da realidade local por parte dos membros da equipa. Neste aspecto particular duas razões parecem justificar tal afirmação. O facto de o projecto *Mértola Vila-Museu* ter começado em 1978, antes de o Turismo Cultural se ter tornado uma moda, permitiu o seu lento desenvolvimento inicial, produzindo importantes resultados científicos em diferentes áreas de investigação e, através destes, adquirindo um conhecimento de certa forma detalhado da realidade local (conhecimento teórico enriquecido, por processo de *imersão*..., com uma vivência quotidiana contínua, para os que são daqui naturais, ou já bastante prolongada, para os restantes).

Em dois aspectos essenciais - apoio social e político - pode dizer-se que eles sempre estiveram presentes, podendo dizer-se que existe uma situação de pleno entendimento. O projecto em si foi originado por um antigo presidente da Câmara, Serrão Martins, e o apoio político nunca foi sequer uma questão em discussão (ao invés do apoio financeiro directo, sempre condicionado pelas fracas capacidades orçamentais e também por outras opções infraestruturais), sendo globalmente apoiado pelos eleitos, independentemente da sua filiação.

Quanto à atitude da comunidade local, ela é em geral boa, não apenas devido aos visíveis resultados positivos gerados pelo Turismo Cultural (particularmente em termos de empregos e da economia local) mas - o que me parece também ser um elemento importante - devido ao prestígio do projecto e aos seus resultados de reabilitação urbana. As contínuas referências na televisão, na imprensa escrita, e o número anual de visitantes (entre os quais bastantes figuras públicas) deram a Mértola consideráveis razões de orgulho não só para os residentes, mas também para os inúmeros naturais que, em condições de depressão dos anos 60 e 70 haviam “escolhido” a emigração. Este aspecto, embora imaterial, tem tido, a meu ver, uma profunda importância na consolidação de um implícito apoio social às acções desenvolvidas e a desenvolver. A anterior *Vila Velha* é hoje a *Vila Museu*, local cuja naturalidade se transporta com renovado carinho.

Principais fraquezas

A dimensão do projecto idealizado - mesmo se levarmos apenas em consideração os núcleos a instalar na vila - é imensa, resultando desse facto que sejam muito elevados os custos da recuperação patrimonial. Devido a este facto, a execução do programa museológico (ponto de chegada para cada uma das áreas científicas, em termos de demonstração dos resultados da investigação) foi consideravelmente lenta, até 1996; até então, a falta de um número considerável dos espaços previsto era “disfarçada” com um acompanhamento muito personalizado das visitas guiadas, onde a explicação do conceito global pretendia substituir essa ausência material. O actual Fundo de Turismo permitirá (até 1998) resolver essa importante lacuna. “Restará” ainda a completa recuperação urbana (com custos difíceis até de contabilizar), intenção de longo prazo, uma vez que tal se refere a novas zonas de estacionamento, melhoramento de rede de águas e esgotos, e reabilitação de um considerável número de edifícios, sob a orientação de um plano geral de intervenção e salvaguarda (aliás já elabo-

rado pelo Gabinete Técnico Local, em 1991), embora algumas destas etapas estejam já em fase de candidatura a financiamento para execução.

Um dos aspectos cujo controle é impossível refere-se à evolução das tendências nacionais e internacionais do Turismo Cultural. Estas, tal como o vento, podem subitamente mudar de direcção e não existe qualquer atitude local que o possa fazer evitar (e recorde-se que, a nível mundial, o Turismo Cultural é uma prática antiga de certos segmentos sociais, para quem a busca e visita de locais de valor histórico, e com Património importante, foram sempre o destino preferencial para a fruição dos tempos livres). Consequências dessas inflexões nas rotas? Menos turistas estrangeiros por ano, e as tendências do gosto a influenciarem lentamente as camadas de consumidores nacionais ligadas aos fenómenos e actividades do Turismo Cultural. Este factor, por si só, é suficiente para que se tenha em atenção a dimensão das actividades económicas associadas a este projecto. De igual modo, este fenómeno de “moda cultural” tem um peso relevante no modo como se comportam (quer dizer, no apoio que dão) os diferentes canais institucionais de apoio (públicos ou privados), o que equivale a dizer que uma alteração das actuais tendências, que certamente acontecerá algures no futuro, levarão consigo o dinheiro e o prestígio mediático que actualmente lhes são consagrados.

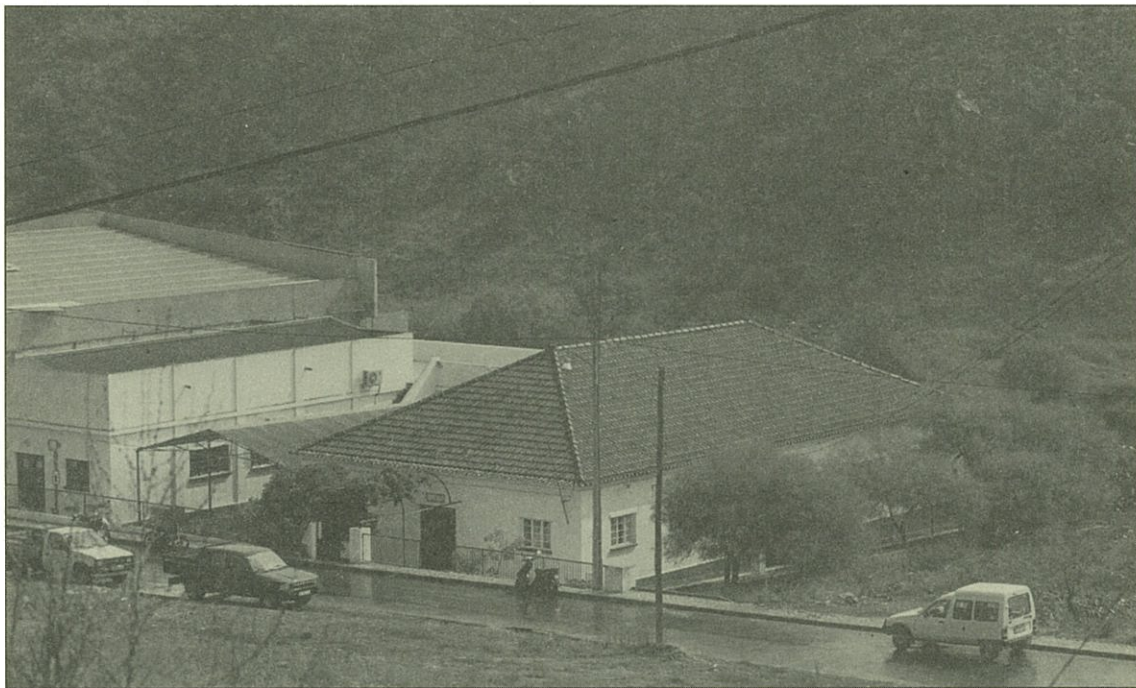


Fig. 7

A maior parte dos membros das equipas envolvidas neste projecto (ao nível dos decisores ou gestores de projectos) trabalham já nessa actividade há cerca de 8 a 10 anos, e por isso a sua acção tende a tornar-se rotineira. Nessa situação, e considerando que a maior parte dos cenários institucionais de enquadramento pouco variaram desde 1987 (resultado da nova situação de Portugal enquanto país comunitário, e do impacto dos Quadros Comunitários de Apoio), é fácil entender que a execução de certas tarefas ou o desenvolvimento de certos projectos possam ser executados através de uma sucessão de rotinas já bem experimentadas, o que faz diminuir a atenção face a pormenores e detalhes que entretanto sempre ocorrem. Do ponto de vista de uma estratégia a longo prazo, estas “desatenções” - que é possível virem a acumular-se, conduzindo a uma má gestão dos recursos culturais existentes - podem revelar-se perigosas para o sucesso do projecto em geral. Deve conscienciosa e atempadamente procurar-se sintomas desta “doença”...

Tem-se acentuado nos últimos dois anos a percepção de que é insuficiente o número de membros das equipas envolvidas. Quase todos os investigadores são simultaneamente gestores ou participantes em vários projectos, desde programas de apoio à juventude até planos de desenvolvimento municipal. A necessidade de encontrar um conjunto alargado e diversificado de fontes de financiamento, em simultâneo com a possibilidade, por razões da própria filosofia interna desses apoios, de alargar os quadros das instituições, levam (e levaram

particularmente nos inícios dos anos 90) a situações de algum *stress*.

Um projecto deste perfil necessita de maior dimensão, em termos de acções concretas originárias da população local; como acontece em todas as localidades a percentagem de pessoas dispostas a passar de consumidores para produtores de actividades culturais é baixa; quando as localidades, como aqui, têm escasso número de habitantes, especialmente nas camadas mais jovens, então os “activistas” são realmente em diminuta quantidade; seria particularmente importante o desenvolvimento de actividades culturais que funcionassem como animação turística complementar, e mesmo como componentes da estratégia de promoção de Turismo Cultural em desenvolvimento. Não significa esta análise que não seja possível estimular tais actividades no futuro (para lá das actividades regulares da Autarquia, evidentemente), mas, por enquanto, elas são de facto uma lacuna.

Se bem que já existiam alguns nichos de mercado associados com as áreas estratégicas do projecto, a maior parte dos investidores locais têm pouca capacidade para investir nessas áreas. Deve no entanto ser mencionado que, a um nível médio de investimento financeiro, primeiro na restauração e, depois, no alojamento, tais esforços têm estado a cargo do investimento financeiro local, e a grande maioria de entre eles mostra resultados bastante positivos.

Principais oportunidades (no momento actual)

Relacionado com o item anterior, parece existir um aumento da procura externa de investimentos em maior escala, que lentamente vão chegando à região. Estes investimentos, que estão relacionados com o mesmo sector de actividade (Turismo), mas dispondo obviamente de melhores técnicas de gestão e estratégias autónomas, terão, a médio prazo, implicações no desenvolvimento do Projecto *Mértola Vila-Museu*, criando novas interacções. Certamente que esses investidores quererão ter uma palavra a dizer em termos de futuros desenvolvimentos, ou até meramente pelas acções que empreendam, mas deve ser levada em consideração a possibilidade do aparecimento de conflitualidade decisória. E igualmente ponderado se o retorno desse investimento – ou ao menos de uma parcela dele – será reinvestido na área que o gerou.

O nome de Mértola – quer como projecto cultural, quer como sinónimo de uma eficiente equipa executora de um projecto cultural – e o inerente reviver da localidade, trouxeram benefícios noutras áreas, e assim tem sido possível encontrar financiamentos para equipamentos colectivos municipais, levando a um considerável desenvolvimento das infraestruturas e equipamentos sociais associados à cultura e ao desporto.

O apoio financeiro do Fundo de Turismo permitirá concluir o conjunto dos núcleos da vila até meados de 1998, iniciando-se uma nova fase do Projecto Mértola Vila-Museu. Assim sendo, é indiscutível que o momento actual é propício para encetar uma reflexão respeitante à estratégia futura e quanto ao papel da animação cultural como estabilizador dos fluxos de consumo; é também a ocasião para desenvolver o projecto em termos de integração das áreas rurais do concelho - no que respeita ao Património edificado - dedicando-lhes agora maior atenção e uma maior parcela de investimento.

Ameaças ao desenvolvimento do projecto

Um cada vez maior número de estratégias de desenvolvimento associadas ao Turismo Cultural tem vindo a surgir, em inúmeras localidades e regiões, nos últimos anos. Assim, o factor novidade / originalidade não pode mais ser utilizado como uma componente da estratégia de promoção no projecto local. Pela mesma razão a obtenção de apoios por parte de instituições externas se vai tornando também mais difícil e complexo, uma vez que o seu apoio recebe agora solicitações cada vez mais diversas e numerosas. (Deve salientar-se que esta perspectiva é egocêntrica. Se se partir de uma base de reflexão diferente, seguindo uma estratégia solidária, é fácil de concluir que quanto maior for o número de locais seguindo a mesma estratégia em torno do Turismo Cultural, mais facilmente se alargará o mercado disponível e se influenciarão os consumos e mentalidades associadas a estes. Assim, este item deveria ser colocado nas Novas Oportunidades, sinónimo de uma inversão positiva nos hábitos dos diferentes segmentos turísticos).

Enquanto o Turismo Cultural for uma moda de consumo, o aumento do número de consumidores, se descontrolado, pode ser um factor de agressão, constituindo-se como o maior dos problemas a enfrentar. Ruas estreitas, núcleos museológicos de pequena dimensão, não muitos locais de alojamento, etc., permitem facilmente concluir que se o número de visitantes exceder uma certa dimensão, alguns aspectos qualitativos que devem estar associados à visita a Mértola – como a paz do local, os reflexos brancos da luz nas paredes alvas de cal, o cantar dos pássaros, ou, para não ser meramente poético, a ausência de fila de espera para almoçar –

podem acabar por se perder no meio da “multidão”.

Outro sério risco que um projecto desta natureza pode correr é a perda de uma perspectiva social global, em todos os momentos, levando a algum autismo por parte dos membros da equipa. A intensidade actual de trabalho, a pressão para concluir, dentro de um calendário apertado, certas tarefas para as quais existem financiamentos concretos, facilmente induzem os membros da equipa a encerrarem-se dentro da sua “torre de marfim”, perdendo capacidade de absorção de informações relacionadas com os impactos locais do seu próprio trabalho, e tornando-se surdos às opiniões locais, sejam positivas ou negativas.

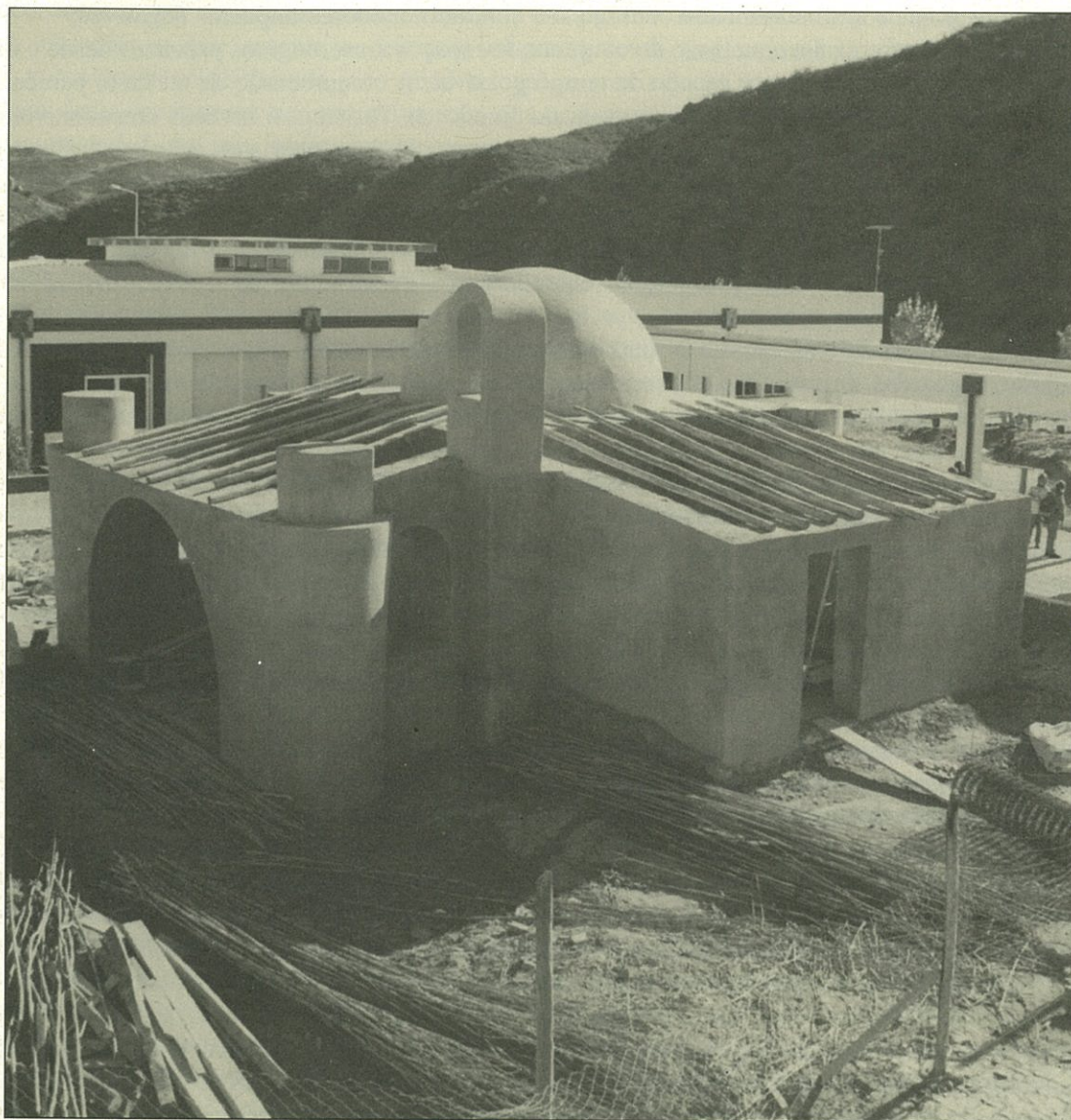


Fig. 8

Que caminhos percorrer?

Como em qualquer projecto, alguns dos resultados obtidos não são ainda o que se desejaria, e alguns objectivos têm a sua concretização ainda distante no horizonte. De qualquer modo, foi fácil identificar alguns aspectos que na minha opinião se afiguram como essenciais para a comunidade do projecto e seu futuro desenvolvimento.

Evidentemente, as políticas e práticas conducentes a favorecer o Turismo Cultural devem ser mantidas. Não só devido aos seus impactos económicos directos, ou por causa do seu efeito induzido noutras actividades económicas, mas porque esta forma de promover o “consumo” de Mértola (enquanto produto cultural) é a que assegura um maior grau de sustentabilidade com, no seu conjunto, menores impactos negativos.

Assim, afigura-se essencial a conclusão do conjunto de espaços museológicos previstos desde o início para o casco histórico de Mértola no menor espaço de tempo possível. A compreensão de tal facto parece ser o que motivou a Secretária de Estado de Turismo, através do Fundo de Turismo, a investir consideravelmente em Mértola, acelerando a conclusão do conjunto de núcleos museológicos previstos no plano inicial e, assim, favorecendo a estratégia existente; de facto, o investimento de 250 mil contos, a que acresce uma percentagem entre os 15 e os 20% por parte da Autarquia, permite actualmente estimar a conclusão destes espaços até ao final de 1998. De destacar também que este programa inclui o apoio a sinalização e a um centro multimedia de informações, demonstrando os seus promotores entenderem a necessidade de operacionalizar os espaços museológicos e museográficos constituídos.

A este incentivo faltarão então juntar a total operacionalidade humana, o que passará por constituir uma equipa de guias e guardas de museu que assegurem um horário eficaz a todas as visitas. Dada a natureza jurídica de todos os núcleos museológicos existentes (trata-se de um conjunto pertencente à Autarquia), tal equipa deverá pertencer aos efectivos municipais que, justificadamente, e para assegurar uma mais eficaz gestão, deveria criar uma Secção de Turismo, Património e Museus (inserida na actual Divisão Socio-Cultural), que abarcaria também o conjunto de funcionários actualmente ligados ao Posto de Turismo e à investigação arqueológica, sendo-lhe atribuída uma parcela do orçamento anual e a gestão de um programa de dinamização dos espaços museológicos, das visitas ao concelho e das estratégias concertadas de promoção de Mértola.

Complementarmente à conclusão dos museus, a recuperação e reabilitação urbanas são objectivos importantes a atingir. Apenas uma acção planeada junto da população residente permitirá estruturar um esquema financeiro e um plano de acção municipal com vista a anular e resolver aspectos deficientes da área histórica, que infelizmente, não foi possível ainda solucionar. Em termos de criar uma eficaz imagem turístico-cultural, tal plano é fundamental. Igualmente, e com particular incidência no plano da aceitação social, o projecto no seu conjunto sairá beneficiado se uma parcela do investimento for aplicado em aspectos que influenciam o quotidiano dos habitantes e não somente em “cacos velhos”.

A pressão existente no sentido de se concluírem os núcleos museológicos não tem permitido dedicar atenção a outros aspectos que são também em si relevantes para o sucesso futuro dos presentes investimentos e opções estratégicas. Assim, e em termos de objectivos específicos que devem ser concretizados o mais urgentemente possível pode também destacar-se a criação e implementação de uma estratégia de promoção, permitindo obter, para Mértola, e junto dos mercados turísticos, a referência duradoura de projecto de qualidade; esta estratégia deverá obviamente ser muito diferente das incipientes tentativas levadas a cabo até ao momento, já que deve ter-se a consciência que a actual imagem de todo o projecto resulta mais de uma boa influência junto dos meios de informação, actualmente sensíveis, por uma questão de moda, a divulgar projectos de Turismo Cultural, do que, de facto, de uma qualquer estratégia de promoção global. Até hoje, todos os avanços feitos nesta área foram meras “tentativas”, algumas das vezes pouco profissionais, pouco concertadas entre si a maior parte das vezes, e essa situação deve ser rapidamente invertida; requerem-se, pois, e no mais curto prazo de tempo, um planeamento e uso de técnicas adequadas que permitam acções de grande eficácia e a concreta mensurabilidade dos resultados.

Por outro lado, e se as etapas de reabilitação urbana previstas (arranjo de sistema de águas, pavimentação e sistemas de telecomunicações por cabo subterrâneo) - a executar sob projecto e encomenda municipal - acompanharem esta aceleração, então pode estimar-se que até ao final deste milénio, Mértola reunirá as condições para se tornar num espaço de grande qualidade urbana, com componentes culturais de relevo.

Outro dos objectivos gerais a destacar é o desenvolvimento das componentes ambientais deste projecto, através de uma particular conjugação de esforços entre a ADPM e o recém-criado Parque Natural do Vale do Guadiana. A Associação investiu, durante anos, uma parte considerável do seu esforço na salvaguarda do

território, defendendo e estudando as suas características particulares, preservando o habitat de inúmeras espécies de fauna e flora; esforço esse que levou, inclusive, à compra de uma propriedade agrícola numa zona importante - do ponto de vista do seu biótopo -, de modo a constituir aí espaços de investigação e um observatório da Natureza. Este passo tem permitido alimentar as melhores perspectivas no que respeita à possibilidade de criar um conjunto de estruturas associadas a um eco-museu.

Dentro do campo dos objectivos específicos a necessitarem de concretização a curto / médio prazo pode ainda referir-se a necessidade de melhorar a coordenação entre os agentes das diferentes instituições associadas a este projecto. Correntemente, de facto, coloca-se muitas vezes a questão “O que estão os outros a fazer?” A actual “descoordenação” resulta em perda de eficácia em algumas áreas, em esforços algumas vezes inutilmente dobrados, situações a que acresce o diferente enquadramento institucional (as instituições privadas mais flexíveis, a Autarquia condicionada pelo quadro legal, e a existência de técnicos e investigadores que sendo funcionários desta prestam serviço nas primeiras) que origina diferentes formas de funcionamento e diferentes “fontes de comando” que são, muitas vezes, incoerentes.

Se bem que a discussão dos aspectos ético-filosóficos da evolução do projecto e das suas linhas mestras de orientação tenha sido sempre efectiva - mesmo se muitas vezes feita à mesa do café - o mesmo não é verdade no que respeita à gestão profissional quotidiana do orçamento, pessoal e tarefas (particularmente o CAM necessita de uma concreta evolução nesse campo, seguindo as pisadas da ADPM, que mais cedo estabilizou o seu *modus operandi*). No entanto, o que aqui se pretende destacar é da necessidade de um Gabinete Local de Coordenação (para o desenvolvimento local) que cruze as diferentes áreas de investigação com os aspectos de reabilitação urbana, com as componentes de promoção, com a actividade cultural em geral, já que se tratam de aspectos basilares de uma mesma estratégia, a necessitarem de linhas de orientação a longo prazo.

Este conceito - que muitas vezes nem está presente - deve também influenciar, nalguns aspectos a acção municipal, permitindo-lhe inverter (ao menos um pouco...) a tendência de navegar à vista, muitas vezes agindo de acordo com as influências que se fazem sentir ou condicionados pelos curtos prazos dos mandatos eleitorais; isto para destacar que não é claro, pelo menos em termos das políticas locais, onde está a reflexão sobre a evolução demográfica e das condições económico-sociais. De certa forma, poder-se-ia dizer que o modelo político-institucional está cinco anos atrasado quando deveria estar dez anos adiantado, antecipando as transformações sociais e culturais de que são já claramente visíveis as marcas definidoras.

No que respeita às associações existe necessidade de uma maior colaboração e de entendimento das restrições legais e institucionais que condicionam a acção camarária; assim, não é aconselhável que a Autarquia continue a funcionar como “pronto-socorro” de emergência, situação particularmente gravosa em termos funcionais, quando as necessidades podiam ser antecipadas e cuidadosamente planeados os esforços de cada instituição. Esta metodologia de trabalho melhoraria certamente as relações institucionais, provavelmente produzindo também muito melhores resultados em termos do desenvolvimento de projectos locais.

No cômputo geral, é evidente que a experiência de Mértola é claramente um sucesso. Em certa medida pode dizer-se que isso se deve mais à ideia do projecto em si, e à admiração gerada pela sua concepção e pela estratégia de obtenção dos meios para a sua concretização, claramente dominantes, por enquanto, em relação ao projecto museográfico propriamente dito.

Como em qualquer outro projecto, as transformações induzidas pelo próprio modelo estratégico, e as alterações sociais, económicas, políticas e jurídicas que lhe advêm da evolução do país e do mundo, implicam uma atenção minuciosa ao seu desenrolar e uma constante adaptação em pormenores de gestão quotidiana. O presente texto parece-me deixar transparecer claramente a inevitabilidade dessa dinâmica, e espero também que possa ser um passo positivo no sentido de uma reflexão crítica positiva em torno do seu desejado desenvolvimento. E que a outros, em experiências semelhantes, ou que em alguns aspectos se cruzem com a nossa, que este texto possa ter valido pelo menos o esforço de concluir a leitura destas linhas.